



DECRETO EXECUTIVO Nº 2.251 DE 09 DE OUTUBRO DE 2019

“DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, PROMOVE A DOAÇÃO DE TERRENO URBANO, AUTORIZA A EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA Prefeito Municipal de Monte Castelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 49, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município, **considerando** as disposições expressas nos Artigos 6º, §3º, Inciso I, Alínea “h” e 82 “Caput” e §§1º e 2º da Lei Orgânica do Município; **considerando também**, as disposições contidas nos Artigos 5º “Caput”, 6º “Caput” e parágrafo único, 9º “Caput” e Inciso V e 16 “Caput” e Inciso V, da Lei Complementar Municipal Nº 002 de 26 de Junho de 2009; **considerando ainda**, as disposições contidas nos Artigos 2º, 5º “Caput” e Incisos I, II, VII, VIII, IX, X e XIII, 59 “Caput” e Inciso II e 62 da Lei Complementar Municipal Nº 047 de 28 de Maio de 2019 e **considerando finalmente** a Autorização Legislativa conferida pela Lei Complementar Municipal Nº 050 de 08 de Outubro de 2019, no seu Artigo 5º “Caput” e Inciso VIII,

DECRETA:

Art.1º. Fica homologado e julgado para todos os jurídicos e legais efeitos, o Processo Administrativo de Regularização Fundiária de Interesse Social – **PARFIS Nº 0091/2019**, aberto e instruído pela Comissão Especial de Regularização Fundiária nomeada pelo Decreto Executivo Nº 2.143 de 28 de Maio de 2019, o qual tem como requerente e interessado (a) a pessoa de **Leandro Junior Ribeiro**.

Art.2º. Fica reconhecido a posse mansa, pacífica e consolidada por mais de 5 (cinco) anos do (a) requerente e interessado (a) **Leandro Junior Ribeiro** e promovido a favor deste (a) donatário (a), a doação sem encargos, de um terreno urbano de propriedade do Município de Monte Castelo, com área superficial de **261.46 m2 (duzentos e sessenta e um metros e quarenta e seis decímetros quadrados)** consistente e identificado como sendo o **Lote Nº 55, da Quadra D**, do Loteamento Municipal conhecido como **“Mutirão”**, o qual será desmembrado de área maior de domínio público Municipal, reconhecida como Zona Especial de Interesse Social - ZEIS para efeito de Projeto de Regularização Fundiária de Interesse Social - PRFIS, Matriculada junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Papanduva - SC sob Nº 1.759.

Jean Carlo M. de Souza
Prefeito Municipal



DECRETO EXECUTIVO Nº 2.251 DE 09 DE OUTUBRO DE 2019

FL.02

Art.3º. Fica a Comissão Especial de Regularização Fundiária autorizada a expedir competente Certidão de Regularização Fundiária - CRF, com todos os dados, elementos e informações previstas em lei, para assegurar o seu efetivo registro e a abertura de matrícula individual em nome do (a) requerente donatário (a), referente ao terreno urbano que lhes foi doado.

Art.4º. Fica autorizado o Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Papanduva - SC, com base, fundamento e amparo na Certidão de Regularização Fundiária - CRF, a promover os atos notas e apontamentos necessários e destinados a abertura de matrícula individual do imóvel doado, em nome do (a) donatário (a) especificado (a) nos Artigos 1º e 2º deste decreto.

Art.5º. Ficam as Secretarias Municipais da Fazenda Pública e Planejamento e de Administração, através dos seus Departamentos competentes autorizadas a:

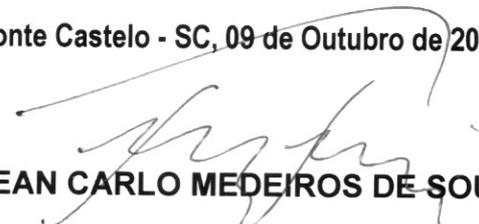
I- promover para efeito de controle governamental, o cadastramento imobiliário individual do terreno urbano doado em nome do (a) requerente donatário (a) beneficiado (a);

II- realizar a baixa da carga patrimonial, a desafetação e demais atos administrativos necessários à efetiva consolidação da doação.

Art.6º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art.7º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Monte Castelo - SC, 09 de Outubro de 2019.


JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

Prefeito Municipal

